

«GUARDAR A CRIAÇÃO INTEIRA»

Um serviço que o Bispo de Roma é chamado a cumprir

La Civiltà Cattolica 2015 II 537-551 | 3960

Em 1971, o Bem-aventurado Papa Paulo VI, na carta apostólica escrita para o 80º aniversário da publicação da *Rerum novarum*, dirigiu aos fiéis um convite profético relativo a «novas perspectivas» para as quais «o cristão deve dedicar a sua atenção, para assumir, junto com os outros homens, a responsabilidade de um destino que já se tornou comum».

As novas perspectivas indicadas pelo papa eram as de um «problema social de vastas dimensões que diz respeito à família humana inteira» e foram abordadas no parágrafo intitulado «O ambiente natural».

Como a Igreja entendeu, ao menos nos últimos 50 anos, a preocupação ecológica? O ambiente ainda é nossa «casa»? Qual é a mensagem do Magistério sobre um tema que foi se impondo cada vez mais e que, agora, graças à encíclica do Papa Francisco, torna-se um capítulo importante da Doutrina Social da Igreja?

O pontífice havia dito justamente isto na homilia do dia da inauguração do seu ministério petrino, 19 de março de 2013: «Guardar a criação inteira» é «um serviço que o Bispo de Roma é chamado a cumprir».

A responsabilidade de um destino comum

Em uma linguagem áulica, a ponto de parecer antiga, Paulo VI escreveu, há quase meio século, com clarividência e com sabedoria totalmente contemporânea a nós e aberta ao futuro: «À medida que o horizonte do homem assim se modifica, a partir das imagens que se selecionam para ele, uma outra transformação começa a se fazer sentir, consequência tão dramática quanto inesperada da atividade humana. De um momento para outro,

o homem toma consciência dela: por motivo da exploração inconsiderada da natureza, começa a correr o risco de destruí-la e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação. Não só já o ambiente material se torna uma ameaça permanente, poluições e lixo, novas doenças, poder destruidor absoluto; é o próprio quadro humano que o homem não consegue dominar, criando assim, para o dia de amanhã, um ambiente global que poderá tornar-se-lhe insuportável» (*Octogesima adveniens*, n. 21).

A exploração irracional da natureza não só prejudica gravemente o ambiente, mas também põe um grave problema social e humano. A mensagem fundamental de Paulo VI, que permaneceu praticamente não ouvida durante décadas pelos responsáveis econômicos e políticos, precisa ser repetida e posta em evidência também no dia de hoje.

Entre os anos 1970 e o início dos anos 1990, em muitas sociedades, a consciência das ameaças ecológicas cresceu de forma consistente e progressiva.

São João Paulo II foi o primeiro papa a falar das consequências do crescimento industrial, das enormes concentrações urbanas e do notável aumento do consumo energético.

Quem falou do crescimento dessa consciência ecológica daqueles anos foi o Papa Bento XVI, muitos anos depois, perante o Parlamento federal alemão, no dia 22 de setembro de 2011, durante a sua viagem apostólica à Alemanha: «O aparecimento do movimento ecológico na política alemã a partir dos anos 1970, apesar de talvez não ter aberto janelas, todavia, foi e continua sendo um grito que anseia por ar fresco, um grito que não se pode ignorar nem pôr de lado, porque se vislumbra nele muita irracionalidade. Pessoas jovens se deram conta de que, nas nossas relações com a natureza, há algo que não está bem; que a matéria não é apenas um material para o nosso fazer, mas que a própria terra traz em si a sua dignidade, e nós devemos seguir as suas indicações».

E prosseguiu, confirmando a atualidade dessas reivindicações: «Quando na nossa relação com a realidade há algo que não funciona, então devemos todos refletir seriamente sobre o conjunto, e todos somos remetidos à questão acerca dos fundamentos da nossa própria cultura».

São João Paulo II: ecologia ambiental e ecologia humana

São João Paulo II – sensível aos sinais dos tempos – expressou essa sensibilidade na sua encíclica *Sollicitudo rei socialis* (SRS) (30 de dezembro de 1987), afirmando que «é preciso levar em conta a natureza de cada ser e as ligações mútuas entre todos, em um sistema ordenado, que é justamente o cosmos» (SRS 34).

E especificou as raízes bíblicas da questão ecológica, pondo em evidência que «a limitação imposta pelo próprio Criador, desde o princípio, e expressa simbolicamente com a proibição de ‘comer o fruto da árvore’ (cf. Gn 2, 16-17), mostra com suficiente clareza que, em relação à natureza visível, nós estamos submetidos a leis não só biológicas, mas também morais, que não podem ser impunemente transgredidas» (ibid).

No fim dos anos 1980, o pontífice advertia contra a utilização dos recursos naturais – alguns dos quais não são renováveis – como se fossem inesgotáveis. E também via na industrialização um risco para a contaminação do ambiente e para a qualidade de vida (cf. ibid).

Em particular, a sua Mensagem para o XXIII Dia Mundial da Paz foi toda centrada no tema «*Paz com Deus criador, paz com toda a Criação*» (1º de janeiro de 1990). O seu pensamento foi expressado com clareza: «O gradual esgotamento do estrato do ozônio e o consequente ‘efeito estufa’ que ele provoca já atingiram dimensões críticas, por causa da crescente difusão das indústrias, das grandes concentrações urbanas e dos consumos de energia. Dejetos industriais, gases produzidos pela combustão de combustíveis fósseis, desmatamento incontrolado, uso de alguns tipos de herbicidas, refrigerantes e propelentes, tudo isso, como se sabe, é nocivo para a atmosfera e para o ambiente».

Nessa mensagem se falava, portanto, de aquecimento global e dos efeitos das mudanças climáticas ainda antes que os termos entrassem no uso comum. Afirmava-se um verdadeiro «direito a um ambiente seguro, como de um direito que deve passar a figurar em uma Carta atualizada dos direitos do homem» (grifo nosso). Mas, acima de tudo, falava-se da «urgente necessidade moral de uma nova solidariedade, especialmente nas relações entre os países em vias de desenvolvimento e os países altamente industrializados» (grifo nosso).

João Paulo II observava como os Estados devem se mostrar solidários, mas também, entre si, «complementares» na promoção do desenvolvimento de um ambiente natural e social pacífico e saudável.

De fato, aos países recém-industrializados «não se pode requerer que apliquem certas normas ambientais restritivas às próprias indústrias nascentes, se os países industrializados não forem os primeiros a aplicá-las no seu interior». Não se pode pensar a ecologia fora dos termos da justiça.

Na sua carta encíclica *Centesimus annus* (CA) (1 de maio de 1991), São João Paulo II tematizou a «questão ecológica», ligando-a estreitamente ao problema do consumismo e daquele que ele definiu como um «erro antropológico»: «O homem, tomado mais pelo desejo do ter e do prazer, do que pelo de ser e de crescer, consome de maneira excessiva e desordenada os recursos da terra e da sua própria vida. Na raiz da destruição insensata do ambiente natural, há um erro antropológico, infelizmente muito espalhado no nosso tempo. O homem, que descobre a sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com o próprio trabalho, esquece que este se desenrola sempre sobre a base da doação originária das coisas por parte de Deus. Pensa que pode dispor arbitrariamente da terra, submetendo-a sem reservas à sua vontade, como se ela não possuísse uma forma própria e um destino anterior que Deus lhe deu, e que o homem pode, sim, desenvolver, mas não deve trair. Em vez de realizar o seu papel de colaborador de Deus na obra da criação, o homem substitui-se a Deus e, desse modo, acaba por provocar a revolta da natureza, mais tiranizada do que governada por ele» (CA 37; grifo nosso).

O pontífice, portanto, fazia uma clara oposição entre a «mesquinhez da visão humana, mais animada pelo desejo de possuir as coisas» e a justa disposição em relação ao mundo, aquela «desinteressado, gratuito, estético que brota do assombro diante do ser e da beleza, que leva a ler, nas coisas visíveis, a mensagem do Deus invisível que as criou» (ibid, grifo nosso).

A questão ecológica já era posta por São João Paulo II em uma perspectiva mais ampla e ligada ao ambiente humano mais abrangente. O seu objetivo era o de salvaguardar as condições morais de uma autêntica «ecologia humana» (CA 38).

A atenção à preservação dos habitats naturais das diversas espécies animais ameaçadas de extinção deve ir de mãos dadas com o respeito pela estrutura natural e moral, da qual o homem foi dotado. Daí a

atenção aos «graves problemas da moderna urbanização, a necessidade de um urbanismo preocupado com a vida das pessoas, bem como a devida atenção a uma ‘ecologia social’ do trabalho».

O pontífice falou da necessidade de ter coragem e paciência para «demolir» as estruturas contrárias à humanidade do ambiente e «substituí-las com formas de convivência mais autênticas» (ibid).

A encíclica *Evangelium vitae* (EV) (25 de março de 1995) afirma com decisão que nós, homens, «em relação à natureza visível, estamos submetidos a leis, não só biológicas, mas também morais, que não podem ser impunemente transgredidas» (EV 42). A crise ecológica é entendida como espelho de uma crise moral.

Posteriormente, em 1997, falando aos participantes de um congresso sobre ambiente e saúde, o pontífice relançou o apelo «a conjugar as novas capacidades científicas com uma forte dimensão ética», a fim de promover o ambiente não apenas como «recurso», mas acima de tudo como «casa» para se habitar.

Em síntese extrema: São João Paulo II estabeleceu os parâmetros da reflexão da Igreja em relação a esse preocupante desafio então relativamente novo. Destruir a harmonia ambiental é um pecado, porque aliena os seres humanos de si mesmos e da terra.

É central a «relação» entre a humanidade e o restante da criação, que deve ser alimentada com amor e sabedoria. A crise ambiental não é só científica e tecnológica: é fundamentalmente moral.

Da mensagem «*Paz com Deus criador. Paz com toda a Criação*» de 1990 e da Cúpula do Rio de 1992, a discussão seguiu adiante por 25 anos. Certamente, as questões em jogo são complexas: acima de tudo, em nível científico, depois político e, finalmente, em nível econômico e comercial.

Lembramos que uma etapa importante dessa reflexão foi constituída – e continua sendo – pelos discursos e iniciativas ecológicas pioneiros do Patriarca Ecumênico Bartolomeu I, desde 1994, como os simpósios internacionais na ilha de Patmos e vários seminários.

Em 1997, por exemplo, ele também, de forma clara e convincente, explicitou as implicações da questão ecológica em termos de pecado: «Cometer um crime contra o mundo natural é um pecado. Para os seres humanos, causar a extinção das espécies, destruir a diversidade biológica da criação de Deus; para os seres humanos, degradar a integridade da Terra, causando mudanças climáticas, privando-a

das suas florestas naturais ou destruindo as suas zonas úmidas; para os seres humanos, ferir os outros seres humanos com a doença; para os seres humanos, contaminar as águas da Terra, a sua terra, o seu ar e a sua vida com substâncias venenosas: esses são pecados» (Patriarca Bartolomeu I, *Discurso ao Simpósio sobre o Ambiente*, Santa Barbara, EUA, 8 de novembro de 1997).

Bento XVI: discernimento e projetualidade

O Papa Ratzinger foi muitas vezes definido como «o primeiro papa verde» (cfr., por exemplo, National Geographic, 28 de fevereiro de 2013), por ele ter assumido muitas reivindicações ambientais e ecológicas herdadas do seu antecessor e, depois, desenvolvendo-as ainda mais.

Na sua Mensagem para o XL Dia Mundial da Paz (1º de janeiro de 2007), ele retoma e consolida o trinômio inseparável entre «ecologia da natureza», «ecologia humana» e «ecologia social». É muito forte, na sua mensagem, o vínculo entre a questão ecológica e o fato de que, em algumas regiões do planeta, ainda se vivem condições de grande atraso, em que o desenvolvimento está praticamente bloqueado, também por causa do aumento dos preços da energia.

O papa pergunta: «Que será dessas populações? Que tipo de desenvolvimento ou de não desenvolvimento lhes será imposto pela escassez de reabastecimento energético? Que injustiças e antagonismos provocará a corrida às fontes de energia? E como reagirão os excluídos dessa corrida? ».

O mesmo tom interrogativo seria usado pelo Papa Bento XVI na sua Mensagem para o XLIII Dia Mundial da Paz (1º de janeiro de 2010): «Como ficar indiferente diante das problemáticas que derivam de fenômenos como as mudanças climáticas, a desertificação, o deterioramento e a perda de produtividade de vastas áreas agrícolas, a poluição dos rios e dos lençóis de água, a perda da biodiversidade, o aumento de eventos naturais extremos, o desflorestamento das áreas equatoriais e tropicais? Como ignorar o fenômeno o crescente dos chamados ‘prófugos ambientais’, ou seja, pessoas que, por causa da degradação do ambiente onde vivem, se veem obrigadas a abandoná-lo – muitas vezes junto com os seus bens – para enfrentar os perigos e as incógnitas de um deslocamento forçado? Com não

reagir diante dos conflitos já em ato ou dos potenciais ligados ao acesso aos recursos naturais? ».

Essas perguntas do «papa verde» – que já poderiam, por si sós, constituir uma lista de temas a serem abordados – têm um profundo impacto sobre o exercício dos direitos humanos, como o direito à vida, à alimentação, à saúde e ao desenvolvimento.

Certamente, a encíclica *Caritas in Veritate* (CV) (29 de junho de 2009) foi uma etapa fundamental do seu pensamento «verde», que reuniu inúmeros âmbitos: o ecológico, o jurídico, o econômico, o político, o cultural (cfr. CV 48).

De fato, «a natureza, especialmente no nosso tempo, está tão integrada nas dinâmicas sociais e culturais que quase já não constitui uma variável independente» (CV 51).

Bento XVI advertiu contra a posse dos recursos energéticos não renováveis e lembrou a urgência de uma solidariedade que leve a «uma redistribuição mundial dos recursos energéticos, de modo que os próprios países desprovidos possam ter acesso a eles» (CV 49).

Eis o seu apelo: «Há espaço para todos nesta nossa terra: nela, a família humana inteira deve encontrar os recursos necessários para viver dignamente, com a ajuda da própria natureza, dom de Deus aos seus filhos, e com o empenho do próprio trabalho e da própria criatividade» (CV 50).

Na Audiência Geral do dia 26 de agosto de 2009, Bento XVI reiterou que «a proteção do ambiente, a tutela dos recursos e do clima requerem que os responsáveis internacionais atuem conjuntamente no respeito à lei e da solidariedade, sobretudo em relação às regiões mais frágeis da terra».

Portanto, «é indispensável converter o atual modelo de desenvolvimento global para uma maior e compartilhada assunção de responsabilidade em relação à criação: isso é exigido não só pelas emergências ambientais, mas também pelo escândalo da fome e da miséria».

A proposta do papa é de fazer com que a atual crise se torne «ocasião para discernimento e de nova projetualidade» (CV 21). A própria técnica deve ser considerada como aliada, porque manifesta as aspirações humanas ao desenvolvimento e à gradual superação de certos condicionamentos materiais, inserindo-se no comando de «cultivar e guardar a terra que Deus confiou ao homem» (CV 69).

Bento XVI reiterou que a questão ecológica diz respeito aos cristãos justamente como pessoas de fé e à Igreja como tal: «A Igreja tem uma responsabilidade pela criação e deve fazer valer essa responsabilidade também em público. E, ao fazer isso, deve defender a terra, a água e o ar como dons da criação que pertencem a todos. Deve proteger o homem contra a destruição de si mesmo» (CV 61).

Francisco: proteção e harmonia

Há dois anos, desde o início do seu pontificado, o Papa Francisco somou a sua voz, a voz da Igreja universal, à discussão mundial mais recente. Com a sua linguagem eficaz e direta, ele não hesitou de afirmar: «Em grande parte, é o homem que maltrata a natureza, continuamente. Nós nos apoderamos um pouco da natureza, da irmã terra, da mãe terra. Lembro-me – vocês já ouviram isto – daquilo que um velho agricultor me disse uma vez: ‘Deus perdoa sempre, nós – os homens – algumas vezes, a natureza, nunca’» (coletiva de imprensa em voo para Manila durante a sua viagem apostólica ao Sri Lanka e às Filipinas, 15 de janeiro de 2015).

No seu magistério, aparece clara desde o início uma visão global, holística, em continuidade com os seus antecessores. Seres humanos, natureza e ambiente, criação e sociedade estão ligados entre si: «Ecologia humana e ecologia ambiental caminham juntas» (Audiência Geral, 5 de junho de 2013).

Lendo os seus discursos, nota-se, em particular, que ele tem uma visão antropológica, mas não antropocêntrica no sentido redutivo do termo. Uma das suas palavra-chave é «harmonia», mais ampla do que «reconciliação» e capaz de se estender a todas as criaturas. A harmonia, de fato, diz respeito a toda a criação no seu conjunto e nas relações entre seres vivos. E é um dom de Deus.

Assim afirmou Francisco na Audiência Geral do dia 22 de abril de 2015, em que se celebrava o «Dia da Terra»: «Exorto todos a verem o mundo com os olhos de Deus Criador: a terra é o ambiente a se guardar e o jardim a se cultivar. Que a relação dos homens com a natureza não seja guiada pela avidez, pela manipulação e pela exploração, mas conserve a harmonia divina entre as criaturas e a criação na lógica do

respeito e do cuidado, para pô-la a serviço dos irmãos, também das gerações futuras» (grifo nosso).

Essa visão ampla, atenta às «relações» e não só ao homem entendido como «centro», interroga-se sobre qual impacto o progresso econômico, as novas tecnologias e o sistema financeiro têm sobre os seres humanos e sobre o ambiente: «E o perigo é sério – continuou o papa na audiência do dia 5 de junho de 2013 – porque a causa do problema não é superficial, mas profunda: não é só uma questão de economia, mas de ética e de antropologia. A Igreja ressaltou isso várias vezes, e muitos dizem: ‘Sim, é justo, é verdade’... mas o sistema continua como antes, porque o que domina são as dinâmicas de uma economia e de uma finança carentes de ética. O que manda hoje não é o homem, é o dinheiro, o dinheiro manda. E Deus, nosso Pai, deu a tarefa de guardar a terra não para o dinheiro, mas para nós: aos homens e às mulheres, nós temos essa tarefa! Ao contrário, homens e mulheres são sacrificados aos ídolos do lucro e do consumo: é a ‘cultura do descarté’».

Um conceito-chave do Papa Francisco, repetido várias vezes desde a missa de inauguração do seu ministério petrino, é o da «custódia» da terra, tendo como referência o «Seja!» criativo de Deus, por um lado, e o louvor à criação de Francisco de Assis, por outro.

Justamente com essas palavras, de fato, o papa deu início ao seu pontificado no dia 19 de março de 2013: «A vocação de guardar, porém, não diz respeito apenas a nós, cristãos, mas tem uma dimensão que precede e que é simplesmente humana, diz respeito a todos: é guardar a criação inteira, a beleza da criação, como nos é dito no livro do Gênesis e como nos mostrou São Francisco de Assis: é ter respeito por toda a criatura de Deus e pelo ambiente em que vivemos».

Daí o convite: «Sejamos ‘guardiões’ da criação, do desígnio de Deus inscrito na natureza, guardiões do outro, do ambiente; não deixemos que sinais de destruição e de morte acompanhem o caminho deste nosso mundo!».

O «domínio» sobre a terra que Deus garante ao homem não é o do chefe, que é Deus somente, Senhor do céu e da terra, mas o da custódia e da administração. Os bons administradores tratam a

natureza com respeito, que gera um estilo de vida simples e sóbrio, que contribuirá para preservar o ambiente para as gerações futuras.

O Papa Francisco retomou essas primeiras palavras como pontífice na sua exortação apostólica *Evangelii gaudium*(EG) (24 de novembro de 2013): «Nós, os seres humanos, não somos meramente beneficiários, mas guardiões das outras criaturas. Pela nossa realidade corpórea, Deus uniu-nos tão estreitamente ao mundo que nos rodeia, que a desertificação do solo é como uma doença para cada um, e podemos lamentar a extinção de uma espécie como se fosse uma mutilação. Não deixemos que, à nossa passagem, fiquem sinais de destruição e de morte que afetem a nossa vida e a das gerações futuras» (EG 215).

A condenação do sistema «que tende a fagocitar tudo, a fim de aumentar os benefícios» é clara, porque, nele, «qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefesa em relação aos interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta» (EG 56). Portanto, «esta é a primeira resposta à primeira criação: guardar a Criação, fazê-la crescer» (homilia em Santa Marta, 9 de fevereiro de 2015).

Somando a sua voz à voz dos seus antecessores – e na forma específica da encíclica –, o Papa Francisco levanta perguntas e raciocínios. Confiamos que muitos, acolhendo o desafio em termos de fé e de escolhas operativas, serão profundamente gratos pelo fato de que um líder mundial teve a coragem de chamar todos a um futuro mais sustentável e inclusivo.

E o apelo de Francisco, de fato, não é frágil, mas contundente, como na Conferência de Lima (27 de novembro de 2014): «O tempo para encontrar soluções globais está a acabar. Só podemos encontrar soluções adequadas se agirmos juntos e de comum acordo. Portanto, existe um claro, definitivo e improrrogável imperativo ético de agir».

A Igreja não é uma «Ong verde»

Alguns discutem se a Igreja em geral e, em particular, o papa devem entrar no mérito do debate. Os mais contrários a determinadas descobertas científicas sobre as mudanças climáticas ainda parecem ser os mais favorável à contínua exploração dos combustíveis fósseis.

Poder-se-ia argumentar que o papa tem coisas mais importantes para se preocupar do que com o ambiente. A sua tarefa de pastor deveria ser – dizem – a salvação das almas. Alguns poderiam pensar que a fé é um acréscimo opcional ao compromisso ecológico, o que, aliás, é desmentido por todos os últimos pontífices: seria como que dizer que os fundamentos são um acréscimo opcional de um edifício.

De fato, é pela fé que sabemos que somos «criaturas» e não produtos acidentais ou fortuitos de forças cegas ou coincidências casuais.

Essa preocupação não transforma a Igreja em uma «ONG verde». Pelo contrário, devemos repetir com o Concílio que, nos nossos dias, a humanidade «levanta ansiosas questões sobre a atual evolução do mundo, sobre o lugar e sobre a tarefa do homem no universo, sobre o sentido dos próprios esforços individuais e coletivos, e ainda sobre o fim último das coisas e dos homens» (*Gaudium et spes*, n. 3).

Por isso, é preciso instaurar um «diálogo sobre esses vários problemas, aportando a luz do Evangelho e pondo à disposição do gênero humano as energias de salvação que a Igreja, conduzida pelo Espírito Santo, recebe do seu Fundador. Trata-se, com efeito, de salvar a pessoa do homem e de edificar a sociedade humana» (ibid).

A preocupação com a ecologia humana e ambiental mostra uma dimensão fundamental da fé, da forma como é vivida hoje para a salvação do homem e para a construção da vida social. Delineia-se, portanto, como parte da doutrina social da Igreja.

Por isso, hoje, chegou o momento de ter uma Carta Encíclica inteira – e não mais apenas alguns parágrafos dela – sobre o tema ecológico.

Hoje, sabemos muitas coisas sobre o ambiente. Foram realizadas muitas pesquisas. E, mesmo que não estejamos de acordo sobre alguns resultados, a poluição dos rios e dos lagos, as monoculturas que destroem a terra e os meios de subsistência, a morte de tantas espécies causada pelo progresso humano são todas coisas evidentes, que precisam de uma atenção específica dos fiéis. Todas essas análises devem ser vistas pelo fiel em uma perspectiva cristã.

Na realidade, depois da Mensagem de 1990 de São João Paulo II, a questão não é mais se os católicos devem abordar questões de

ecologia em uma perspectiva de fé. A verdadeira pergunta feita por todas as sociedades, incluindo as comunidades cristãs, é sobre o como se deveria fazer isso.

O peso da Encíclica no progresso global em curso

A ciência fez o seu melhor, coletando o máximo de dados possíveis, iniciando colaborações entre muitos saberes especializados, pondo em comum as competências recíprocas, chegando a uma opinião unânime e dando sugestões.

As perguntas são inúmeras. As mudanças climáticas são antropogênicas, ou seja, devidas ao homem? Ou são um processo cíclico da natureza? Ou provavelmente são causadas por ambos? E, seja qual for a causa, pode-se fazer alguma coisa? É incontestável o fato de que o nosso planeta está se aquecendo.

Com efeito, o Relatório de Síntese do Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de novembro de 2014 foi muito severo. Thomas Stocker, o copresidente do Grupo de Trabalho 1 do IPCC, comentou assim: «A nossa avaliação reconhece que a atmosfera e os oceanos se aqueceram, a quantidade de neve e de gelo reduziu, o nível do mar aumentou, e a concentração de dióxido de carbono atingiu um nível sem precedentes ao menos nos últimos 800 mil anos» (<http://www.un.org>).

Essa é a opinião unânime de mais de 800 cientistas do IPCC e representa um desafio enorme. Agora, cabe a todos, embora sendo a maioria não cientistas, tirar as conclusões e agir.

O Papa Francisco, preparando a sua encíclica, enfrenta o desafio, reconhecendo adequadamente o ponto de vista científico sobre as mudanças climáticas, as suas causas e consequências, e os remédios necessários.

O líder da principal religião do mundo se valerá da sua fé, do ensinamento da Igreja e das melhores informações e dos melhores conselhos à disposição, demonstrando que é nossa tarefa recolher e avaliar informações, julgar, tomar decisões e agir.

Este é o seu objetivo: não apenas fazer especulação nem se unir a esta ou aquela teoria, mas convidar os homens de boa vontade a

considerar bem as suas responsabilidades para com as gerações futuras e agir em consequência.

Os fiéis têm um motivo a mais para serem bons administradores do dom da criação, porque sabem que se trata de um dom de Deus. Não é necessário ser estudiosos do clima para cumprir as próprias responsabilidades ambientais, como fiéis que habitam a terra. O debate, depois, será bem-vindo.

Não se trata aqui de fazer campanhas para salvar algumas espécies animais ou vegetais raras – o que é importante em si mesmo –, mas assegurar que centenas de milhões de pessoas tenham água limpa para beber e ar puro para respirar.

Essa é uma grave responsabilidade moral à qual não se pode fugir. A falta de resposta seria um pecado de omissão.

O tempo da nova encíclica é significativa: 2015 é um ano decisivo. No mês de julho, as nações vão se reunir para a III Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, em Adis Abeba. No mês de setembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas deverá encontrar um acordo sobre uma nova série de objetivos de desenvolvimento sustentável, a serem postos em prática até 2030. No mês de dezembro, a Conferência sobre as Mudanças Climáticas, em Paris, acolherá os planos e os compromissos de cada governo para retardar ou reduzir o aquecimento global.

Os meses de 2015 são cruciais, portanto, para as decisões referentes ao cuidado ou à gestão da terra e para o compromisso efetivo com o desenvolvimento internacional e o bem-estar dos homens. É por isso que o Papa Francisco afirmou ainda durante o voo para Manila: «O importante é que haja um pouco de tempo entre a saída da encíclica e o encontro de Paris, para que seja uma contribuição. O encontro no Peru não foi grande coisa. Decepcionou-me a falta de coragem».

A pergunta agora é: em que condição nos colocamos diante desses desafios da ecologia e das mudanças climáticas? Um momento negativo, alguns poderiam dizer: a avidez, a estupidez, a falta de cuidado e o orgulho do homem causaram tantos danos irreversíveis, a tal ponto que nos encontramos no limiar da autodestruição. A humanidade destrói o planeta, a sua única casa.

Mas talvez haja outro modo de olhar para o momento atual. Até pouco tempo atrás, a natureza, com as suas forças poderosas e

os seus processos misteriosos, parecia estar completamente à mercê de uma família humana que lutava para sobreviver e chegar ao fim do mês. Embora isso ainda seja verdade para a maioria – a maioria vulnerável –, no entanto, no seu conjunto, a família humana é impulsionada pela crise climática a crescer e a assumir um novo tipo e um novo nível de responsabilidade.

Bento XVI falara de uma boa ocasião de discernimento e de nova projetualidade. Pela primeira vez, de modo maduro, devemos exercer uma responsabilidade comum pela Terra, a nossa casa comum.

Sentimos que é preciso repropor hoje o que a *Civiltà Cattolica* escrevia há um quarto de século: «Em última análise, só olhando com humildade para dentro de nós para enfrentar o lado escuro do nosso ser, é que encontraremos a coragem e os recursos para ter misericórdia para com os outros, com as gerações futuras, com a Terra e com todas as suas criaturas. Só reconhecendo e aceitando as nossas contradições e feridas, é que o nosso desejo aparentemente incontestável de poder, bem-estar e domínio perderá força pouco a pouco. Visto sob essa ótica, o problema ambiental se revela fundamentalmente um problema humano, um problema de conversão contínua e de autêntica humanização» (J. McCarthy, «*A Conferência Mundial do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*», in *La Civiltà Cattolica*. 1992, IV, p. 560-577).

Em busca das implicações ecológicas da nossa fé

Nunca antes de hoje, na história, o Santo Padre e a Igreja tiveram um peso tão relevante em um processo global tão vasto em curso. Mais em geral, é verdade que hoje «a religião – como disse o Patriarca Bartolomeu, entrevistado pela nossa revista – provavelmente seja a força mais pervasiva e poderosa da Terra. De fato, a fé não só desempenha um papel fundamental na vida pessoal de cada um de nós, mas também desempenha um papel fundamental como força de mobilização social e institucional» (A. Spadaro, «*Entrevista com o Patriarca Ecumênico Bartolomeu I*», in *La Civiltà Cattolica*, 2015, II, p. 3-16).

Por isso, a ecologia é um tema profundamente ecumênico (ibid, p. 11s), mas também inter-religioso, como o próprio pontífice reconheceu no voo para Manila, no dia 15 de janeiro de 2015.

No fim da Cúpula do Rio de 1992, a nossa revista já afirmava a importância espiritual e religiosa do tema ecológico: «Os recursos espirituais da humanidade são múltiplos e profundamente enraizados. Apenas sondando corajosamente a riqueza das tradições religiosas de cada sociedade, é que a humanidade pode esperar alcançar a compreensão e a visão moral e religiosa para avançar realmente juntos no caminho comum da salvação da Terra e da humanidade. Será uma aventura comum, enquanto nos preparamos para a corajosa tarefa de nos interrogarmos de maneira crítica em busca das implicações ecológicas da nossa fé» (J. McCarthy, «*A Conferência Mundial do Rio...*», op. cit.).

Essa abordagem espiritual e religiosa (cf. G. Salvini, «*Ciência e religião diante do ambiente*», in *La Civiltà Cattolica*, 2002, III, p. 151-163) vale radicalmente para os cristãos. Na missa, no momento da apresentação das ofertas, o celebrante diz: «Bendito sejas, Senhor, Deus do Universo, pelo pão que recebemos da vossa bondade, fruto da terra e do trabalho humano: que agora vos apresentamos e que para nós se vai tornar Pão da vida».

Essa oração familiar expressa as relações dinâmicas em que vivemos e agimos, recebemos e damos, rezamos e trabalhamos. Nessas palavras, encontramos o universo inteiro, a terra fértil e um pouco de pão, a generosidade de Deus e a obra do homem e a nossa oferta.

Para o fiel, o nosso ambiente é um «ambiente divino», isto é, um mundo interpretado como lugar de união com Deus, compreendido cristicamente e vivido em nível de fé. É preciso redescobrir uma «visão eucarística do mundo» no modo como é proposta, por exemplo, pelo Metropolita de Pérgamo (cf. I. Zizioulas, *Il creato come eucaristia. Approccio teologico al problema dell'ecologia*. Magnano: Qiqajon, 1994).

O empenho do Papa Francisco nos impulsiona a uma espiritualidade ecológica, a uma vida espiritual e sacramental que não seja alheia ao fato de que habitamos a criação.

Esperando pela Carta Encíclica do Papa Francisco, sustente-nos o fato de saber que «o Espírito age em cada um dos elementos do cosmos, preenche todo o Universo com a glória e a energia de Deus, e anima os nossos corações com o entusiasmo por tudo o que é criativo, bom, justo e nobre» (*The Churches Responsibility [A Responsabilidade das Igrejas]*, Carta do Conselho Ecumênico das Igrejas, 1992).